

Carta Política

Edição 21 – Sexta-feira, 26 de maio de 2023

O governo Lula e o Congresso do centrão

Na **Carta Política** de 28 de abril afirmamos que o deputado Marcos Pereira (RE-SP), presidente do Republicanos e vice-presidente da Câmara, estava correto em qualificar a base do governo no Congresso como “gelatinosa”. É uma base fluida, que pode se expandir ou se contrair a depender da questão em votação no Congresso. Como têm avisado com insistência os presidentes da Câmara e do Senado, o governo não terá votos, por exemplo, para mexer na independência do BC nem para rever a privatização da Eletrobras e ou o novo marco do saneamento.

É exatamente isso que está ocorrendo nas últimas semanas, durante as quais o governo conquistou uma vitória importantíssima e algumas derrotas no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados.

A vitória foi a aprovação do arcabouço fiscal por expressivos 372 votos. O texto final, como se previa, ficou um pouco mais duro, principalmente na questão do *enforcement* ao descumprimento da meta de resultado primário. Mas, o arcabouço passou pela Câmara e deverá ser aprovado rapidamente no Senado, com sua estrutura principal preservada - as alterações foram quase todas negociadas pelo relator com a equipe de Fernando Haddad. Independentemente da avaliação econômica-fiscal a respeito da consistência das novas regras, foi uma vitória política para o governo.

Em compensação, a Câmara derrubou pontos do decreto presidencial que favoreciam empresas estatais do setor de saneamento e uma comissão especial composta por deputados e senadores aprovou um substitutivo à MP 1.154, que reestruturou a administração federal para adaptá-la aos 37 ministérios do governo Lula. Esse substitutivo introduziu alterações importantes, que esvaziaram significativamente os ministérios do Meio Ambiente e dos Povo Indígenas. Além disso, duas CPIs incômodas para o governo começaram a funcionar: a CPI do MST, composta predominantemente por deputados opositores; e a CPMI dos atos de 08 de janeiro, cuja composição não é totalmente confortável para o Planalto. Os frequentes convites e convocações de ministros para participarem de sessões de debate em comissões da Câmara e do Senado também podem ser, em sua maioria, contabilizados como derrotas do governo.

A mais importante observação a respeito desse balanço de votações no Congresso é que a vitória na aprovação do arcabouço foi muito mais relevante que as derrotas. Se o arcabouço tivesse sido derrotado ou colocado na gaveta da prolongada procrastinação, aí sim o governo Lula ficaria de fato emparedado e estaria, muito provavelmente, lidando com uma situação muito complicada em termos de perspectivas econômicas. O arcabouço, apesar das críticas, conseguiu amenizar os temores do mercado e dos agentes econômicos a respeito da questão fiscal. Como tem afirmado o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a proposta afastou o risco de cauda de uma trajetória explosiva para a dívida pública.

O arcabouço está praticamente aprovado e o cenário, a nosso ver, continua positivo para a reforma tributária. Avaliamos ser provável que ela seja aprovada na Câmara dos Deputados antes do recesso do meio do ano, que começa em 17 de julho. Assim como ocorreu com o arcabouço, Arthur Lira mantém postura de colaboração com o governo e o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), tem ótima relação com o secretário Bernard Appy, que, como se sabe, foi o principal formulador da proposta em discussão na Câmara dos Deputados. Ademais, Appy e a equipe de Haddad sabem o que precisa ser feito para reduzir as resistências de setores da economia à reforma tributária. Estão dispostos a aceitar alíquotas diferenciadas para serviços de saúde, educação e transporte urbano. Concessões ao setor do agronegócio, que conta com forte e organizada representação no Congresso, também serão necessárias.

Enfim, se o governo e Lula conseguirem manter a aliança de conveniência com Arthur Lira e com boa parte do centrão durante a discussão da reforma tributária terão potencialmente à disposição os 372 deputados que votaram a favor do arcabouço fiscal (bem mais do que os 308 requeridos para alterar a Constituição). Se o governo trombar com Lira, contará basicamente apenas com os 136 deputados que votaram contra a derrubada do decreto presidencial do saneamento.

Nesta quinta-feira, no meio dos burburinhos provocados pela aprovação do substitutivo da MP 1.154, Lula deixou claro que não vai brigar com o Congresso e com Lira e o centrão. Em declaração no evento com representantes da indústria durante o qual foram anunciadas as linhas preliminares do programa de incentivo ao setor automotivo, Lula minimizou a derrota do governo na votação da MP 1.154. Disse que é algo normal, que o jogo [da política e da relação com o Congresso] está apenas começando e que é fundamental apostar na política e prestigiá-la para buscar soluções para “os grandes e pequenos problemas do país”. Ou seja, mostrou que buscará dialogar e negociar com o Congresso de maioria conservadora e que não enfrentará, ao menos neste momento, a força política de Arthur Lira. Desde o início do governo, Lula deu declarações controversas e contundentes – que podem ser consideradas agressivas e descuidadas – sobre muita coisa. Mas nunca criticou o Congresso e suas principais lideranças. Ao contrário, sempre fez questão de ressaltar a legitimidade dos mandatos parlamentares e a necessidade de o governo trabalhar com a realidade de um Congresso predominantemente conservador.

Ao que parece, a estratégia de Lula será a de tentar se fortalecer aos poucos no Congresso, apostando na melhora do quadro econômico, no aumento da popularidade do governo, na gestão da distribuição de cargos e verbas para parlamentares e na conquista de apoio junto a segmentos importantes da sociedade, como é o caso do setor industrial. O pacote de incentivo à compra de carros ditos populares está inserido nesse esforço para fortalecer politicamente o governo.

Apesar do cuidado com a relação com o Congresso, outras derrotas muito provavelmente virão. Mas se o ano terminar com o arcabouço fiscal aprovado (o que é praticamente certo) e a uma ampla reforma tributária enfim promulgada pelo Congresso, o saldo da relação com o Congresso terá sido positivo para o governo.

